

ANALFABETISMO NO BRASIL: Uma Análise Bibliográfica

MASHIBA, Glaucia Cabana¹;
Universidade Federal de Pelotas

ROSA, Cristina Maria²
Universidade Federal de Pelotas

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia – glauciamashiba@hotmail.com

² Professora do Departamento de Ensino FaE/UFPEL – cris@ufpel.tche.br

1 INTRODUÇÃO

No texto objetiva-se apresentar resultados de uma investigação bibliográfica, de cunho qualitativo, que teve como tema central estudos recentes sobre o analfabetismo no Brasil. Preponderante na formação de professores, o tema do analfabetismo ainda é um dos pilares do entendimento de um fenômeno secular que dá mostras de ser permanente. O analfabetismo – ausência de conhecimentos básicos do mundo da leitura e da escrita – merece ser observado a partir de sua conceituação, fatores que podem influenciar sua permanência e, também, políticas públicas que têm sido desencadeadas com vistas à sua diminuição.

2 METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

O estudo bibliográfico realizado teve como orientação metodológica a análise qualitativa e como procedimento, a pesquisa bibliográfica em três obras: *Analfabetismo no Brasil* de Ana Maria Araújo Freire, *Preconceito contra Analfabeto* de Ana Maria de Oliveira Galvão e *Letramento no Brasil*, de Vera Masagão Ribeiro. As três obras possibilitaram um conhecimento teórico que servirá como alicerce para a fundamentação de conceitos que envolvam a problemática do analfabetismo no Brasil no decorrer da formação docente.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O analfabetismo é desencadeador e está na raiz de todos os grandes problemas sociais no Brasil. Constitui um mal radicado na sociedade brasileira, praticamente tão antigo quanto o próprio país, e infenso às diversas campanhas de alfabetização que surgiram no bojo de políticas educacionais. Em um primeiro olhar, procurou-se informações censitárias que oferecem, quando analisadas, dimensões e características do problema.

Além da herança histórica, o analfabetismo no Brasil tem forte relação com as desigualdades regionais e sociais. As regiões com menor desenvolvimento econômico são as que mais possuem analfabetos. Um exemplo disso é a região nordeste, cujo número de analfabetos representa 50% do número total do país. (IBGE,2000)

Apesar de atingir a todas as faixas etárias, o analfabetismo tem maior incidência na faixa dos 60 anos ou mais. Ainda assim, embora se apresente em declínio, o número de analfabetos com idade entre 10 a 19 anos é grande. Esses dados nos fazem perceber que o nosso sistema educacional continua produzindo analfabetos, uma das mais permanentes conclusões quando se observa fenômeno na escola e fora dela.

Um dado interessante é que 35% dos sujeitos considerados analfabetos já frequentaram a escola e algumas das razões para terem deixado de frequentar são a baixa qualidade de ensino, necessidade de trabalhar cedo e disciplinas pouco interessantes, ou seja, além da realidade do aluno.

Os estudos indicam que é fundamental que se realize a alfabetização em idade escolar, uma vez que o analfabetismo é de difícil reversão e que os programas de alfabetização sejam acompanhados de práticas de leitura e escrita pois, sem elas, grande parte dos alfabetizados voltam à condição de analfabetos.

No Brasil, o índice de analfabetismo entre homens e mulheres é quase o mesmo, não existindo diferenças relevantes. Contudo, se considerarmos as regiões Sul e Sudeste, verifica-se que o analfabetismo é maior entre as mulheres. Porém, isso se inverte no ensino superior, no qual as mulheres são a maioria.

Em um país com muitas desigualdades de renda, o analfabetismo não poderia fugir à regra. O número de analfabetos é maior quanto menor a renda. Em residências com renda acima de 10 salários mínimos a taxa de analfabetismo é de apenas 1,4%, enquanto que nas residências com até um salário mínimo, a taxa aumenta para 28,8%.

Programas de distribuição de renda unidos aos programas de incentivo à educação aumentam, e muito, as chances de o aluno permanecer na escola, pois dão suporte às necessidades básicas, além da distribuição de benefícios como merenda de boa qualidade, auxílio transporte e auxílio moradia.

Em 1872, ainda durante o Império, foi realizado o primeiro recenseamento no Brasil. Neste, foi constatado que 82,3% das pessoas eram analfabetas. No quadro a seguir dados dos Censos das últimas quatro décadas.

Quadro 1 - Brasil
Analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais

ANO	Percentual
1970	33,60%
1980	25,50%
1991	20,10%
2000	13,60%

Fonte: Síntese de Indicadores Sociais, 2000. (IBGE)

Observa-se neste quadro, um declínio nas taxas em termos percentuais, não significando, necessariamente, uma diminuição no número de pessoas analfabetas, uma vez que a população cresceu em números absolutos.

Os estudos realizados permitem afirmar que os índices de analfabetismo vêm diminuindo gradativamente no Brasil como reflexo de um vagaroso processo de expansão da rede escolar e democratização do acesso ao sistema de ensino elementar.

Dados recentes, no entanto, informam que cerca de 13,9 milhões de brasileiros viviam na condição de analfabetos absolutos em 2004 representando 11,4% da população do país nessa condição. Outro dado interessante é o que indica a média de anos de estudo na população. Neste mesmo ano observado – 2004 –, entre a população com 15 anos ou mais, havia uma média de 6,8 anos de estudos, em contraste com a escolaridade dos idosos, de apenas 3,5 anos de estudos.

O fato de o analfabetismo se concentrar na população idosa vem sendo encarado por alguns governantes como razão para postergar as políticas públicas de alfabetização de adultos, usando alguns argumentos como investir em populações que já se encontram no final de suas vidas seria um desperdício, um

investimento que traria pouco retorno social e econômico. Para esses governantes, as políticas públicas de educação deveriam priorizar as novas gerações.

A diversidade das condições de ensino e aprendizagem nas escolas brasileiras é uma das razões que levam estudiosos a considerar os anos de estudos uma medida insuficiente para a análise dos níveis de alfabetismo da população.

O Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF) realiza testes periódicos de habilidades de leitura e escrita com amostras representativas da população brasileira de 15 a 67 anos de idade. Essa pesquisa, além de demonstrar que apenas a quarta parte dos jovens brasileiros está plenamente alfabetizada, nos fornece informações sobre os fatores que influenciam no letramento da população, (convivência com leitores na infância, disponibilidade de materiais de leitura, fontes de informação sobre temas da atualidade, entre outros). Assim, percebemos que não é só na escola que se aprende e desenvolve a capacidade de ler e escrever, mas também no trabalho, no ambiente familiar, nas atividades culturais e comunitárias, nas igrejas ou na interação com meios de comunicação em massa.

Quando conversamos com pessoas jovens e adultas que não sabem ler ou escrever, o analfabetismo não é percebido como expressão de processos de exclusão social ou como violação de direitos coletivos. O analfabetismo é, por estas pessoas, percebido como uma experiência individual de desvio ou fracasso, que provoca situações de discriminação e humilhação, vividas com grande sofrimento e, muitas vezes, acompanhadas por sentimentos de culpa e vergonha.

Quando um adulto está passando pelo processo de alfabetização, aprender a escrever o seu próprio nome é o que almeja em primeiro lugar para, a partir daí, não sofrer mais a humilhação de ter sua impressão digital no lugar da assinatura, uma marca evidente do estigma de inferioridade atribuída ao analfabeto. De acordo com os estudos realizados, não saber ler e escrever é, como outras marcas distintivas da pobreza, um símbolo da condição de subalternidade.

Para os autores estudados, a imagem do analfabetismo tem uma conotação de deficiência moral e intelectual. O analfabeto é concebido como um ser ignorante e desprovido de meios de distinguir entre o certo e o errado. Sua condição provoca sentimentos de frustração e incompletude.

5 CONCLUSÕES

Pode-se concluir, a partir da pesquisa bibliográfica realizada que o analfabetismo no Brasil deriva da despreocupação com a educação e do desprezo com as camadas populares. Práticas pedagógicas discriminatórias, elitistas e de interdição do corpo, favoreceram o aumento do analfabetismo, uma vez que por um longo tempo, apenas os homens e brancos deveriam ser alfabetizados.

O analfabetismo não tem como causa a inferioridade da população, mas sim a despreocupação do poder público em superar isso. Ninguém é analfabeto por vontade própria, e é essa a visão que o estudo dos textos oferece. Os autores são unânimes em afirmar que o Brasil é um país com plena condição econômica e de saberes para não mais aceitar a produção, na escola e na sociedade, deste fenômeno secular.

6 REFERÊNCIAS

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo, ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipinas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos.** São Paulo: Cortez, 1993.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Preconceito contra Analfabeto**. São Paulo: Cortez, 2007.

RIBEIRO, Vera Masagão. **Letramento no Brasil**. 2003.

PINTO, José M. Rezende; BRANT, Liliâne L. N. de Aranha Oliveira; SAMPAIO, Carlos E. Moreno; PASCUM, Ana Roberta Pati. **Um olhar sobre os indicadores de analfabetismo no Brasil**. Revista Brasileira de estudos pedagógicos, Brasília, v. 81, n. 199, p. 511-524, dez., 2000

COSTA, Roberto Mario Cunha. **O ANALFABETISMO NO BRASIL**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1992.